

Entre a Política Social e a Caridade: a participação de grupos religiosos na construção do cuidado em Porto Alegre.¹

Francisco Pereira Neto (UFPel)

Nos últimos anos tem aparecido freqüentemente na mídia uma série de reportagens e notícias sobre iniciativas filantrópicas ou assistenciais, destacando especialmente aquelas ações conduzidas por grandes empresas ou por personalidades públicas com grande poder aquisitivo que resolvem repartir um pouco do muito que ganham. São normalmente vistas como atitudes que indicam um novo tempo para o país, onde os poderosos estariam demonstrando um inusitado comprometimento social. Vários textos procuram destacar a novidade que representa, por exemplo, o sentido de responsabilidade social que se expande entre o empresariado brasileiro, o que demonstraria claramente uma evolução na mentalidade daqueles que detêm a maior parte dos recursos econômicos do país.

Esta nova onda toma corpo nos debates acadêmicos através da discussão sobre as potencialidades do terceiro setor, ou seja, da sociedade civil enquanto espaço público de mobilização social. Muitos líderes ocidentais vêm demonstrando especial apressamento pela idéia de uma terceira via (nem mercado, nem estado), uma vez que as estatísticas sociais da última onda neo-liberal, conduzida pelo ufanismo em relação aos resultados econômicos da globalização, trouxeram uma certa aflição, uma vez que as desigualdades sociais aumentaram acima do recomendável, mesmo para modelos político-econômicos que sustentam-se ideologicamente na onipresença do lucro como condição para a ordem social.

Em síntese, o que parece estar em questão é a preocupação com novos princípios de solidariedade que demonstrem capacidade para dar conta dos novos desafios que a sociedade globalizada apresenta. Nesse sentido, parece que o princípio do darwinismo social defendido pelo liberalismo mais radical, assim como o centralismo estatal expresso na condução dos antigos países do bloco comunista, estão momentaneamente descartados como imagens

¹ II ENADIR – GT 02

saudáveis para a definição de novas alternativas de desenvolvimento social. Descartados dois (o Estado e o mercado) dos três setores que compõem nossa imagem sobre a sociedade, resta a sociedade civil como o *locus* adequado para fomentar as esperanças que conduzam a novos princípios de solidariedade em nossa sociedade. De acordo com visões otimistas, o “terceiro setor” teria a grande vantagem de representar uma perspectiva de sociedade mais democrática em relação aos outros dois, uma vez que teria por característica não centralizar o poder (especialmente os de base econômica e política) e pautar sua autoridade na representação que normalmente se têm de que este é o espaço onde se conformam os princípios éticos de sociabilidade democrática, minimizando o elemento competitivo que estrutura as relações humanas nas questões de Estado e de mercado. Por outro lado, a abrangência de situações que esse conceito de sociedade civil abarca é tal que provavelmente as tentativas de explicação de seus princípios de ação enquanto agente político torne os conceitos redutores da realidade que pretende abarcar, ou então, as definições acabem dando força a conceitos demasiadamente abstratos e circunscritos, como aqueles que definem a sociedade civil como uma pluralidade pertinente ao mundo de consciências fragmentadas da pós-modernidade, onde, por uma química misteriosa (talvez a consciência pós-moderna que nos informa automaticamente que todos nós somos iguais na diferença), faz emergir concepções essenciais de solidariedade próprias de um novo momento da humanidade.

Porém, antes de incorporar a idéia de uma mudança radical da mentalidade (ou da consciência coletiva) deste nosso momento globalizado e pensar numa cultura política capaz de engendrar novos princípios democráticos de solidariedade social, considero mais prudente ampliar a base de reflexão através de alguns dos desdobramentos sócio-culturais que estão implicados nessas transformações. Em especial, por estarmos falando de princípios de ordem que devem gerar processos de solidariedade social, notadamente estamos interessados nas interfaces entre as dimensões políticas e religiosas que estão na constituição de nossa realidade social.

Nesse sentido, procuramos nesse trabalho sugerir a atenção para um campo de observação muito profícuo para tentar compreender alguns dos processos sociais por onde passa a construção dos sentidos da solidariedade em nossa sociedade. O objetivo é trazer a contribuição para o debate do que defino como o campo da assistência social e da caridade em

Porto Alegre², apropriando-me aqui da definição de Delma Pessanha Neves (1996) que, analisando uma realidade semelhante em Niterói/RJ, propõe a existência de um "campo institucional da caridade". Como é possível perceber, essa perspectiva propõe uma abordagem dos fenômenos que implicam em ordem social enfatizando a relação dos espaços políticos presentes no campo da assistência com outros, não necessariamente políticos, mas que estão em interface com estes justamente por suscitarem o desenvolvimento de estruturas de sociabilidade importantes para o processo de reprodução da sociedade.

Portanto, o que pretendo enfatizar aqui é que as discussões sobre a sociedade civil e suas potencialidades como espaço de organização social não pode prescindir de uma reflexão sobre o significado das tensões entre os desdobramentos políticos e religiosos que cercam o problema. Especialmente quando se trata de uma realidade como a brasileira, onde os sentidos religiosos permeiam o imaginário de nossa sociedade. Os estudos sobre fenômenos religiosos no Brasil deixam claro que precisamos de parcimônia ao tratar de conceitos tais como o de secularização, e evitar que o percurso de suas idéias seja utilizado como o modelo analítico definidor dos sentidos da racionalidade em nossa sociedade, tal como ocorre na teoria social produzida para analisar a realidade das sociedades européias especialmente³. No caso brasileiro, é preciso ter cuidado com a naturalização de conceitos como o de "desencantamento do mundo" ao interpretar as realidades que definem a conformação do espaço público em nossa sociedade.

Pelo menos três fatores justificam a escolha do problema da assistência social e da caridade para pensar as condições da produção da solidariedade e da reciprocidade na sociedade atual⁴: 1) é um espaço social em que normalmente são tematizados elementos de solidariedade ou de compromisso social e espiritual; 2) este campo apresenta uma diversidade de agentes (e de motivações) que demonstram algum comprometimento com os problemas sociais, representando em suas formas de organização realidades muito próximas àquela definida por conceitos como pluralidade, fragmentação, diversidade, que normalmente definem o momento atual de nossa sociedade; 3) o campo também mostra uma presença importante de instituições religiosas envolvidas com problemas de caráter público, numa época em que a religião é definida como

². Os dados que estão na base deste artigo foram coletados em trabalho de campo desenvolvido nos anos de 1999 e 2000.

³ Para uma discussão sobre o fenômeno da secularização ver Hérveu-Leger (1987) e Oro (1997).

algo da ordem do privado.

1. Uma breve tipologia das atitudes políticas militantes no campo da assistência social e da caridade em Porto Alegre.

De início é necessário deixar claro que este trabalho não se propõe a fazer um apanhado minucioso das agências que atuam no campo da caridade e da assistência social. A tipologia que vou propor aqui serve muito mais para traçar uma visão panorâmica das agências, procurando destacar sua diversidade, assim como procura configurar suas relações com as principais tendências políticas que pretendiam influenciar na política de assistência social à época da pesquisa. Portanto, o trabalho mais detido com as agências de proteção social está no texto de minha tese de doutorado.

Outra questão metodológica importante a destacar diz respeito ao fato de que a maioria dos grupos observados presta atendimento preferencial aos problemas que envolvem crianças e adolescentes de baixa renda. Essas entidades não tratam exclusivamente deste problema (muitas possuem albergues, oficinas de reciclagem de alimentos, diferentes tipos de cursos profissionalizantes, entre outras atividades), mas sem dúvida trata-se de uma atividade de proteção social em destaque uma vez que, desde 1991, entidades da sociedade civil e a prefeitura de Porto Alegre vêm prestando especial atenção a estas questões através dos esforços para implantar na cidade o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa ressalva é importante pois penso que o perfil dos grupos que se envolvem com outras questões sociais (por exemplo, ecologia, defesa do consumidor e outros), apresentam especificidades, tais como padrão organizacional e perfil sócio-econômico dos componentes, que estão relacionadas com as opções de atuação entre os diversos problemas colocados pela realidade social .

1.1. O terceiro setor em Porto Alegre: o paradigma da “responsabilidade social”.

Em se tratando de intervenções de caráter político no campo da assistência social e da

⁴ Neste trabalho, a opção por conceitos como o de solidariedade e reciprocidade não determina a ênfase nos sentidos igualitários das relações sócio-culturais. Procuram destacar, em outra direção, os sentidos hierárquicos que são construídos nas relações entre os grupos e indivíduos da sociedade.

caridade, o primeiro grupo a ser lembrado é aquele de que fazem parte os programas de grandes empresas ou de federações de empresários que desenvolvem programas e trabalhos assistenciais com a perspectiva de contribuir com a sociedade através de suas concepções de desenvolvimento social, normalmente baseadas na crença da relação de consequência direta entre lógica racional econômica e equilíbrio social. São movimentos gestados especialmente nos meios empresariais, os quais defendem a idéia de que a redenção dos problemas sociais numa sociedade globalizada tem relação direta com a capacidade de uma sociedade de inculcar a noção de "responsabilidade social do capital" nas suas elites econômicas. Parte de uma lógica simples que determina que numa sociedade capitalista, o grupo com maior poder econômico, aquele que detém os meios eficientes para concentrar os recursos da sociedade, deve ser o mais competente para garantir a resolução dos seus problemas sociais.

Essas iniciativas são bem evidentes na cidade, uma vez que tem como característica uma forte presença na mídia, onde o acesso é facilitado em função da posição social privilegiada dos participantes destes movimentos. É o caso de iniciativas como o Projeto Pescar, surgido como obra assistencial da Linck (empresa que produz maquinário automotor pesado) mas que hoje conta com a colaboração de outras empresas. Suas iniciativas consistem principalmente em convênios com instituições assistenciais para financiar oficinas profissionalizantes para jovens carentes. Geralmente o Projeto Pescar entra com os recursos para os equipamentos e o *know-how* para o funcionamento das oficinas. Na verdade, nas oportunidades em que pude observar esses convênios ficou claro que o investimento maior do projeto é na oferta do equipamento, uma vez que a parte operacional fica por conta das instituições que recebem os recursos. O apoio técnico normalmente vem através da cedência de estagiários do Sesi ou do Senai, que permanecem por pouco tempo na condução da oficina, a não ser que a instituição tenha condições de remunerá-lo com recursos próprios. Essas iniciativas empresariais são percebidas no contexto de movimentos de ação social empresarial "modernos" como de caráter tradicional, muito dependentes das ações de benemerência das lideranças, normalmente motivadas pelos sentidos de solidariedade cristã que marcam nossa cultura. Ou seja, essa ação depende muito mais da consciência do indivíduo em situação privilegiada do ponto de vista material, que se vê comprometido com a distribuição de alguns de seus benefícios para aqueles em situação precária na sociedade. São, portanto, ações esparsas, que não se comprometem com uma estrutura sistemática e despersonalizada de distribuição de benefícios próprios a uma "política social", uma vez que valorizam muito o

sentimento da dádiva personificada.

Um perfil um pouco diferente dessa atividade de assistência social empresarial é o trabalho desenvolvido pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, do grupo RBS⁵, que originalmente teve como função administrar os investimentos da empresa na área social. A princípio a Fundação mantinha algumas obras assistenciais próprias, mas atualmente ela distribui seus recursos financeiros através da avaliação dos projetos sociais que são remetidos para a Fundação ou através de concursos que se confundem com campanhas publicitárias institucionais da empresa⁶. A nosso ver, a fundação apresenta um diferencial importante em relação à atividade do Projeto Pescar (que, no limite, restringia sua atividade social a um programa de qualificação de mão-de-obra) uma vez que tem como objetivo fomentar iniciativas na sociedade civil, sem preocupar-se em direcionar os investimentos para um tipo de atividade específica. Sob a liderança de um sociólogo, a atividade da fundação parece ter um projeto claro de propagação do compromisso social entre os empresários através do incentivo financeiro às iniciativas de solidariedade que se destacam na sociedade civil. Como justificativa para os empresários investirem, além dos ganhos humanitários, existe a indicação da possibilidade da estruturação de mecanismos eficazes de produção de renda na sociedade, o que indiretamente influenciaria nos lucros da empresa. Com a influência da Fundação a ação social dos empresários da região se filia a iniciativas que expressam mais claramente seu perfil ideológico, deixando de ser percebida como uma atividade de benemerência, de caráter individual, para colocar-se como projeto para a sociedade.

Outra iniciativa do meio de assistência social empresarial - de caráter híbrido, uma vez que mescla iniciativas tradicionais com a preocupação de profissionalizar o seu trabalho social, pode ser visto no Programa Parceiros Voluntários promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, FIERGS. A linha de ação do projeto é pautada na iniciativa individual, funcionando basicamente como um “voluntarismo organizado” onde as pessoas que participam das atividades propõem-se a oferecer uma parte de seu tempo “livre” trabalhando para entidades assistenciais. Normalmente são psicólogos (as), médicos (as), odontólogos (as),

⁵ O grupo RBS está entre as principais redes de telecomunicações do país e é a principal da região sul. O grupo é composto por vários canais de comunicação (televisão, rádio, jornal) e atua preferencialmente nos estados do Rio Grande do Sul, onde está a sua sede, e de Santa Catarina. É filiada à Rede Globo de Televisão.

⁶ Sobre a utilização das iniciativas sociais das empresas como meio para incrementar seus resultados financeiros, ver Goes de Paula & Rohden (1998).

pedagogos(as), que oferecem seus serviços para as entidades assistenciais cadastradas no programa do Parceiros Voluntários. É um trabalho com uma dinâmica similar às atividades dos grandes grupos filantrópicos internacionais como o Rotary e o Lions Club (dos quais muitos dos “parceiros” e “parceiras” fazem parte), principalmente pela característica de se tratar de um envolvimento parcial, não regular e, por isso, com um baixo nível de integração com as pessoas que mantêm o dia-a-dia das instituições assistenciais. Essa característica tem sido transformada nos últimos anos pela forte relação do Programa Parceiros Voluntários com a metodologia proposta pela Fundação Maurício Sirotski. Neste caso há um investimento importante na “qualificação” do voluntário, em especial da relação deste com a instituição em que irá atuar. Por outro lado, a forte presença na mídia caracteriza a ação dessas entidades desde o seu início, atuando como sensibilizadoras da opinião pública para as questões sociais. Esta característica define, no nosso ponto de vista, o tipo de relação com os problemas sociais, centrado numa mediação que enfatiza o trabalho junto à opinião pública e com pouca penetração na realidade das populações assistidas.

É possível entender as mudanças de atuação e o maior envolvimento do meio empresarial com as questões sociais como uma necessidade dos empresários em assumir uma nova posição na sociedade da qual são parte constitutiva, especialmente devido as exigências trazidas com a globalização econômica e com o avanço da ideologia neo-liberal, quando as responsabilidades dos empresários superam os limites dos interesses de seus negócios e assumem a proporção dos destinos da sociedade como um todo. A “responsabilidade social” administrada por padrões de racionalidade empresarial coloca-se para o meio empresarial brasileiro em geral e, para a empresa em particular, tal como ocorre no modelo de nação norte-americano, como via necessária para ocupar o papel primordial na produção dos sentidos de ordem social mais ampla, tomando esse espaço das organizações do Estado.

Mesmo que os atuais esforços de movimentos como o de “responsabilidade empresarial” esteja longe de repetir a importância política e a organicidade institucional de seu modelo norte-americano (GOES DE PAULA & RHODEN, 1998), eles sem dúvida contribuem para colocar em evidência a necessidade do fortalecimento de uma sociedade civil que possua um peso importante nas decisões políticas do país. Por questões de estratégia política e também em função de afinidades ideológicas, os movimentos empresariais tendem a fortalecer as discussões em torno do terceiro setor, alçando o modelo das ONGs como a forma

institucionalizada mais legítima para articular a representação das demandas sociais, sempre deixando claro a incapacidade do Estado e de seus meios tradicionais de representação (partidos políticos e sindicatos) em cumprir tal papel. Assim como na economia, os esforços políticos e ideológicos do campo empresarial tendem a acentuar a incompetência do Estado em suas funções de proteção social.

1.2. A ação social do Estado revisitada: profissionalização e democracia

Essa avaliação sobre a incapacidade do Estado gerar uma política de proteção social minimamente eficiente está respaldada pela atuação da extinta LBA⁷ (Legião Brasileira de Assistência) no desempenho dessas funções. Esta instituição se notabilizou muito mais por estimular o jogo de troca de favores entre o Estado e parcelas da sociedade, estreitando as redes de relação clientelista, do que por uma intervenção sistemática e organizada nos espaços de fragilidade social do país. Como colocam alguns profissionais da assistência social entrevistados, a LBA produziu a política do "inho", do coitadinho, do pobrezinho, da criancinha, do velhinho, etc., capaz de promover ações como o programa de distribuição de leite para a população carente do país e, ao mesmo tempo, ocupar-se com a distribuição de dentaduras para a população de uma cidadezinha no interior do país, em cumprimento de sua função de estreitamento dos importantes laços clientelistas que normalmente compõe a base política dos governos brasileiros.

Os problemas com a utilização política da LBA acentuaram-se muito, sobretudo durante o governo do presidente Collor, a tal ponto que o governo que assumiu após o *impeachment* deste último, tratou de extinguir o organismo. O modelo de política assistencialista do Estado iniciou transformações importantes com o programa “comunidade solidária”, dirigido pela antropóloga e primeira dama do país à época, Ruth Cardoso. Esse programa procurou fomentar no país os debates em torno de uma política de assistência social conduzida pelo reforço das iniciativas de solidariedade locais, como uma forma de implantar uma certa racionalização no repasse dos recursos do Estado. O caminho pareceu ser algo aproximado a este: vincular o

⁷ A Legião Brasileira de Assistência foi criada nos anos 40, durante o governo de Getúlio Vargas e serviu de base para a expansão de uma política assistencial nacional baseada nos princípios cristãos da caridade e na liderança administrativa das esposas dos chefes do executivo. Na história da assistência social esse período é conhecido como “primeirodamismo”. A LBA foi extinta durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

reforço dos canais de solidariedade que estariam presentes nas comunidades através da racionalização dos canais de repasse de recursos do governo, quebrando dessa forma o “vício” clientelista de relações políticas comandadas pelo personalismo. Este projeto propunha-se a investir na autonomização das organizações locais, reforçando as alternativas suscitadas com os debates sobre a “terceira via” que prevê o fortalecimento da sociedade civil como garantia de democratização das relações na sociedade, superando as relações autocráticas do estado com a população. Como é possível perceber, a preocupação com a eficiência na administração dos recursos públicos para a área da assistência social não é uma preocupação exclusiva das iniciativas empresariais. Os organismos de assistência social do estado também passam a veicular sua preocupação com o fortalecimento da sociedade civil, enfatizando o discurso de autonomia das populações atendidas através da ênfase no desenvolvimento da cidadania e nos canais locais de solidariedade.

A nível local, o governo da prefeitura de Porto Alegre, conduzido na época da pesquisa a cerca de dez anos pelo Partido dos Trabalhadores⁸, também se associa ao projeto político de democratizar as relações na sociedade. Da mesma forma que o programa “comunidade solidária”, pretende promover a descentralizações das decisões na sociedade reforçando o sentido de cidadania na população da cidade. Parece que a divergência básica entre os projetos políticos para a assistência social da prefeitura e da união diz respeito ao papel mais ou menos ativo do Estado nesse processo de autonomização da sociedade civil. A nível local o governo da cidade não abre mão de utilizar a estrutura do Estado de uma forma direta e efetiva para liderar esse processo⁹.

Diante dessa opção é possível perceber mudanças importantes no relacionamento do Estado com os outros agentes atuam no campo da assistência social e da caridade. Especialmente se levarmos em conta o nível de envolvimento com as outras agências de proteção social, àquelas pertencentes a sociedade civil, e com a própria população de assistidos. O viés clientelista dessa relação implica que a agência do Estado tenha uma presença muito efêmera no dia a dia das entidades que cumprem a tarefa de promover o trabalho social direto. Geralmente esta relação se resume as possíveis negociações entre as

⁸ O governo do Partido dos Trabalhadores administrou a prefeitura de Porto Alegre de forma ininterrupta por 16 anos. Este período foi interrompido com a derrota do PT nas eleições municipais em 2004.

lideranças das entidades e os responsáveis pelos órgãos de distribuição dos recursos do Estado, negociações essas que em muitos momentos envolvem questões de política partidária; e a um contato assistemático com técnicos do Estado, que teriam a função de controlar o investimento dos recursos públicos. Esse caráter fiscalizador não se efetiva porque geralmente se pensa que o montante oferecido é tão insignificante que não justifica o esforço do controle. O estado faz de conta que investe e fiscaliza e a entidade de assistência faz de conta que corresponde as prioridades que estão traçadas nos contratos de financiamento. Uma decorrência importante dessa relação é que as entidades de assistência social tiveram tradicionalmente muita autonomia para desenvolver suas atividades e para investir os poucos recursos públicos.

Pensando nas iniciativas de caráter personalista do meio empresarial, é possível perceber algumas semelhanças com o tipo tradicional de intervenção do Estado na área da assistência social. O empresário reconhece uma importância relativa das iniciativas assistenciais, capaz de mobilizar uma relação distanciada de benemérito com as entidades, preocupando-se mais com as práticas morais na entidade e menos com as questões operacionais e ideológicas do trabalho social.

A prefeitura de Porto Alegre, como foi colocado antes, procurou implantar uma outra forma de conduzir a política da assistência social para a cidade, desde que assumiu o governo do PT, em 1989. Esta mudança de perspectiva pode ser notada no interesse da prefeitura no processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela constituição de 1988 e prontamente incorporado entre os principais objetivos da política social conduzida pelo governo que assumia. O alcance deste processo é muito amplo, interferindo em uma série de práticas levadas tradicionalmente pelas entidades que se envolviam com o amparo de crianças. Em 1991 foram implantados legalmente na cidade o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-lei municipal 6787/91) e o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA). O conselho é uma instituição legal, responsável pela implementação do ECA na cidade, composto por membros da sociedade civil e do governo. O fórum, instituído pela mesma lei do conselho, é um órgão “composto por entidades não governamentais que mantêm trabalho direto ou indireto com crianças e adolescentes”(conf. Art

⁹ Uma caracterização interessante sobre a prática política da prefeitura de Porto Alegre e sobre seu projeto subjacente pode ser visto em Abers (1998), Santos (1998) e Fedozzi (1999).

4, de seu regimento interno), sendo responsável, entre outras coisas, por organizar a participação da sociedade civil no conselho (órgão que leva as demandas do setor para o orçamento participativo). Esses órgãos procuram ser o canal legítimo de ligação entre as entidades envolvidas com a assistência social e o poder público. São referências eficazes para que os agentes envolvidos no campo da assistência social e da caridade compreendam o formato que promove os diferentes grupos à condição de participante da sociedade civil "organizada"; esta, a condição necessária para participar nas decisões sobre o destino dos recursos públicos e, em consequência, garantir o benefício dos mesmos.

Em vista dessa exigência de participação, uma das atividades mais importantes do FMDCA à época da pesquisa era promover um "reordenamento institucional" entre as entidades que desenvolvem o trabalho social com crianças e adolescentes na cidade. Foi um trabalho gradual, que contou com o auxílio de outros órgãos da administração municipal, como a Secretaria Municipal de Educação (SMED), por exemplo. Em 1999, a SMED mantinha um convênio com mais de 100 creches comunitárias na cidade, através do qual a secretaria repassava mensalmente recursos financeiros para a manutenção e qualificação do quadro de funcionários que trabalhavam nas creches. A contrapartida desses recursos era a rigidez exigida na prestação de contas dos recursos oferecidos (comprovação através de documentos da destinação dos recursos, controle sobre os itens dos investimentos) e a interferência dos quadros técnicos da prefeitura na organização das atividades pedagógicas das creches ou de outros tipos de atividades junto a crianças e adolescentes. Uma das principais preocupações da SMED era a de introduzir conceitos das disciplinas pedagógicas no trabalho diário das creches. Existia uma preocupação de seu quadro técnico em capacitar as "colaboradoras" que lidam diariamente com as crianças. O objetivo é fazer com que as creches que trabalhavam com crianças carentes deixassem de ser "depósitos de crianças" para transformar-se em verdadeiros espaços educacionais

Junto às iniciativas da SMED, do CMDCA e do FMDCA, existia a estrutura da FESC, um órgão que sob a administração petista era destinado a implantar princípios para o desenvolvimento de uma política de assistência social para a cidade. Essa entidade procurou desenvolver, através de seus técnicos, um trabalho em favor da democratização nas questões referentes à assistência social. A idéia era produzir uma "participação cidadã" estimulando a população a participar dos canais formais de debates e reivindicações criados pelo órgão nas diversas regiões administrativas da cidade, as quais são referências para as sessões do Orçamento

Participativo¹⁰. No discurso dos técnicos da FESC é evidente a perspectiva política dos atos administrativos, uma vez que a finalidade do trabalho se justifica pela superação do assistencialismo na cidade e das práticas clientelistas nas relações políticas em geral. Normalmente, essa perspectiva do caráter político de suas atividades conduzia as avaliações dos técnicos sobre os agentes que atuavam no contexto do trabalho assistencial. Neste sentido, mesmo reconhecendo a importância da participação das entidades estimuladas por valores diversos dos sentidos políticos na promoção do trabalho social (como algumas de inscrição religiosa, por exemplo), os técnicos da FESC imaginavam que o ideal seria superar a necessidade de intermediação dessas entidades através da conscientização da população, construindo-se dessa forma canais diretos de participação popular, mais justos e democráticos.

Estas e outras iniciativas que a prefeitura de Porto Alegre desenvolveu junto à população da cidade faziam parte de uma premissa política importante do governo de esquerda do PT, que é a de ampliar os meios de participação da população na estrutura do Estado, incentivando a construção de uma cidadania que se caracterize por um compromisso mútuo entre o cidadão e a administração pública (ou seja, a idéia era sedimentar processos próprios a uma racionalidade legal e democrática na condução dos negócios públicos). No campo do trabalho social essa forma de administrar promoveu efetivamente uma aproximação entre os órgãos públicos e os agentes e entidades que cuidam da proteção social na cidade, forçando um maior conhecimento não só do dia a dia das entidades conveniadas, como da diversidade que compõe essas organizações.

Em função dessa ação propositiva, em Porto Alegre, o poder público tomou a frente do movimento político de consolidação dos preceitos que envolvem o desenvolvimento da cidadania e de afirmação da sociedade civil, caminhos considerados essenciais para a democratização da sociedade. A observação do campo da assistência social e da caridade em Porto Alegre mostrou que a direção e o sentido da construção da democracia são disputados por diferentes concepções ideológicas de caráter político, mas que neste caso existe uma prevalência da ingerência do poder público. Mesmo com a mobilização dos grupos envolvidos com a filantropia empresarial, fica claro que o poder público acaba "pautando" a política da cidade para a assistência social, levando muitas vezes os grupos envolvidos com o movimento de

¹⁰. O Orçamento Participativo foi utilizado pelas administrações petistas como modelo para o desenvolvimento de uma gestão democrática do Estado.

"responsabilidade empresarial" a promoverem muitas ações conjuntas com a prefeitura.

Porém, existem algumas questões importantes, observadas nas relações entre a administração pública e as entidades que precisam ser mais bem analisadas, tendo em vista a própria definição de conceito de democracia que se utiliza para definir as relações em nossa sociedade. A meu ver, no contexto da política de assistência social da prefeitura, configurou-se um limite importante para a "participação popular" criado no próprio processo de expansão dos canais de participação da população nas decisões do poder público. O governo da prefeitura investiu claramente na imposição de uma racionalidade legal para regular as relações com a população, seguro que este formato proposto garante a igualdade nas relações com o Estado. Isto implica que a população acate os princípios de compromisso social próprios às definições modernas de cidadania, nos quais estão embutidas concepções de direito coletivo que muitas vezes não são compreendidos ou mesmo legitimados por grande parte da população. Diante dessas dificuldades, a opção do governo foi a de governar através de um projeto político que tem entre suas implicações uma ação pedagógica da administração pública que visa ensinar a "verdadeira" cidadania.

Um exemplo das conseqüências excludentes desta prática administrativa foi a determinação da prefeitura de pautar toda a distribuição das verbas municipais para as atividades assistenciais através da formulação de projetos, com o argumento lógico, do ponto de vista racional-administrativo, de que as avaliações das necessidades se dariam no campo estritamente técnico, diluindo a possibilidade desses recursos serem conseguidos em função de favores pessoais, próprio à lógica clientelista. O problema é que, se levarmos em conta o perfil das entidades que promovem o trabalho social na cidade, esse processo parte de uma desigualdade intrínseca. Muitos dos agentes que estão à frente das entidades são analfabetos ou possuem uma alfabetização precária, assim como seus colaboradores, dificultando sobremaneira a concepção de um projeto. Além disso, existe entre essas pessoas uma série de dificuldades para relacionar-se através de uma lógica estritamente burocrática, uma vez que sua relação com esses meios é ocasional, se compararmos com a experiência de pessoas de classe média, por exemplo.

A forma de inserção no trabalho social e de integração com a população carente é um diferencial importante entre os grupos e entidades que gravitam no campo da assistência social e da caridade. As entidades que atuam diretamente com a população assistida representam uma grande diversidade em seu perfil sócio-cultural. Elas compõem um grupo numericamente

importante e com uma complexidade maior para a caracterização do tipo de atuação institucional e do perfil dos agentes que atuam nas mesmas.

Aqui estão incluídas as iniciativas de entidades laicas ou religiosas que desenvolvem suas atividades assistenciais junto a locais específicos, normalmente de cunho comunitário. São creches, asilos, albergues, oficinas profissionalizantes, criadas por iniciativa de associações de bairro, do trabalho missionário de organizações religiosas de vários tipos, por lideranças comunitárias de caráter religioso ou não, que se envolvem por diferentes motivos na promoção do que compõe o grande espectro do trabalho social na cidade.

A característica desses tipos de organização é sua fragmentação, envolvendo instituições de diferentes dimensões e propostas de trabalho diferenciadas, onde geralmente os recursos são escassos e provenientes de várias fontes: remuneração mínima pelos serviços, mensalidades dos fiéis das entidades religiosas ou dos integrantes das associações comunitárias, promoção de eventos festivos para angariar fundos, doações de empresas e de particulares, entre outras.

No campo assistencial nos deparamos com ações de diversas origens, tanto religiosas como não religiosas, de caráter mais ou menos institucionalizado. Com inscrição religiosa, temos iniciativas como as da Igreja Católica que pauta seu trabalho de assistência social tanto pela autonomia das paróquias, como pela condução de uma organização como a Caritas, que procura produzir uma estratégia geral para a ação social católica. Da mesma forma contamos com as iniciativas dos espíritas kardecistas, onde cada centro desenvolve um trabalho autônomo nessa área assistencial. Neste caso a dimensão física dos locais e a estrutura funcional dos espaços onde ocorre o trabalho assistencial vão depender do prestígio do centro espírita e de seus componentes para angariar recursos e da ênfase que a instituição queira dar para o “lado da caridade”. Existem centros em que o trabalho espiritual, religioso propriamente dito, é mais destacado que as atividades assistenciais. Em outros casos, a trajetória dos centros leva a construção de grandes estruturas assistenciais, como é o caso do Instituto Dias da Cruz e da Aldeia S.O.S. em Porto Alegre. Esses espaços são referência para a assistência social na cidade e suas experiências são base para as ações mais diversas no campo da assistência.

Junto a essas instituições religiosas, que normalmente confundem suas atividades assistenciais com utopias de justiça social engendradas pelo imbricamento da experiência pessoal com o ideário religioso, encontram-se as iniciativas de grupos de pessoas que experimentam de

uma forma mais direta a pobreza e acabam estimulados por seus compromissos comunitários e familiares para a construção de espaços de proteção contra suas vicissitudes, como creches, postos de saúde, etc. É comum que essas iniciativas sejam confundidas com a liderança de algumas pessoas que pontuam o processo de mobilização local em prol dos benefícios requeridos. Nestas organizações, o prestígio da liderança é importante para que a mesma possa conduzir-se como um interlocutor com outras instâncias da sociedade, fato que deve redundar em maiores recursos para a comunidade. É interessante como algumas lideranças religiosas de grupos como os afro-brasileiros e os pentecostais inscrevem-se normalmente nesta dinâmica quando desenvolvem trabalho assistencial. Normalmente essas lideranças religiosas se confundem com as redes de solidariedade local e se identificam como participantes do ambiente de pobreza (o que normalmente se contrapõe a uma identidade de socialmente favorecido dos “poderosos”).

Como é possível perceber com essa breve descrição da complexidade dos agentes e entidades que compõem o campo da assistência social e da caridade, uma proposta de estabelecer uma organicidade geral e um sentido político para a ação de proteção social não é tarefa fácil. A alternativa do poder público para esses problemas pode ser vista na organização dos fóruns municipais, que, em última instância, constituem-se em associações das entidades da cidade que visam promover a comunicação com a administração pública. O problema é que, observando o funcionamento do fórum dos direitos da criança e do adolescente, é possível perceber que a participação no mesmo depende em grande medida do fato das entidades e de seus agentes compartilharem do sentido de compromisso social que é vinculado pela utopia política dos quadros da administração pública.

É visível, por exemplo, a pouca participação das lideranças com perfil "popular" nas reuniões e atividades do fórum. Como fala seu Adão, líder comunitário de uma vila no Bairro da Glória, justificando seu desencanto com a ação do governo no campo da assistência social:

A gente não consegue muita coisa com eles. Tá certo, eles entregam o dinheiro no dia certo, não tem aqueles atrasos do tempo da LBA. Mas o dinheiro é pouco e dá um trabalhão com os papéis. E tem outra coisa. Quando a gente vai pedir alguma coisa para algum vereador eles dizem que não podem fazer nada, que as coisas são decididas pelo partido. O problema é que o meu compromisso não é com o partido, é com ele.

Política e religiosidade: qual a relação possível?

O exercício para a formulação de uma tipologia que defina os limites do que seria o campo da assistência social e da caridade em Porto Alegre coloca uma série de perguntas e, evidentemente, imprecisões sobre o que ela pretende definir. Porém, a idéia é aproximar-se de um apanhado geral dos principais elementos que constituem essa realidade e, mais do que isso, destacar o fato de que em Porto Alegre, os debates contemporâneos sobre as questões que envolvem uma possível autonomia da sociedade civil como produtora de alternativas para uma sociabilidade moderna (ou pós-moderna) mais democrática, passam necessariamente por uma interface com o poder público, representado pela ação da prefeitura da cidade. O mesmo debate em outras regiões tende a ressaltar um distanciamento entre a ação do Estado e das entidades representativas da sociedade civil. Aqui, penso que o problema não vai ser bem entendido sem que se destaque as articulações entre a esfera estatal e a chamada sociedade civil.

Em função das idéias desenvolvidas acima referentes a essa questão, ou seja, de como se percebe o campo da caridade e da assistência social tendo em vista as relações entre o poder público e as entidades que desenvolvem o trabalho assistencial, poderia afirmar que o problema gira em torno da análise dos processos que explicam a expansão da cidadania sobre uma base de relações tradicionalmente clientelistas, predominantes em períodos anteriores. Sem dúvida, uma explicação de caráter evolucionista é muito instigante neste caso, uma vez que sugere a consolidação de modelos de administração pública direcionada por uma racionalidade legal de base democrática, em desfavor a procedimentos mais personalistas e autoritários que influenciaram tradicionalmente a relação entre o poder público e a população. Essa perspectiva sobre o problema se reforça se o abordamos através de referências inscritas exclusivamente no domínio da política, onde as razões do estado têm preferência na elaboração dos princípios explicativos.

Em função disso, proponho que as questões referentes ao campo da assistência social congreguem também os elementos religiosos da caridade, trazendo para o debate a riqueza das análises simbólicas sobre religião no Brasil, especialmente quando tratam das questões que envolvem nossa religiosidade popular. Antes de uma recorrência direta entre política e religião, o que se pretende aqui é flexibilizar os limites destes campos de descrição da realidade em favor de uma reordenação de conceitos que ajudem a qualificar melhor as relações sociais observadas

neste contexto.

Ao observar as relações entre as diferentes entidades e agentes que constituem o campo da assistência social e da caridade em Porto Alegre é possível começar a estruturar algumas pistas sobre os eixos de aproximação entre os domínios da religião e da política neste contexto. Uma primeira questão a ser levantada é a facilidade de absorção do projeto político da prefeitura por parte de agentes vinculados a entidades de assistência que possuem uma determinada procedência religiosa. Eu diria que os católicos e os protestantes históricos (especialmente os reconhecidos como progressistas), os espíritas kardecistas (especialmente aqueles mais próximos das visões racionalistas da religião), e mesmo outros grupos cristãos como os participantes de entidades como a Associação Cristã de Moços (ACM), religiões que convivem há algum tempo com os ideais secularizados, reconhecem facilmente a pertinência dos princípios administrativos implantados pela prefeitura, concorrendo decisivamente para sedimentar a dinâmica de participação indicados pela estrutura administrativa da prefeitura. Na época da pesquisa, os principais diretores do CMDCA e do FMDCA eram, respectivamente, o diretor executivo da ACM e um frei franciscano que mantém um trabalho assistencial com crianças na Lomba do Pinheiro, região da periferia da cidade.

O que pretendo sustentar é que, para esses, o compromisso social sugerido pelo conceito de cidadania veiculado pelo projeto da prefeitura é facilmente compreendido e mesmo passível de ser apreendido como princípio de ordem da sociedade, uma vez que esta é percebida como uma realidade determinada por relações políticas, especialmente no que se refere à definição de sua esfera pública. Neste caso, há a facilidade de estruturar sentidos racionais que separem a esfera do sagrado da esfera mundana das relações políticas, mesmo que as mesmas sejam concebidas em relação. Mais do que isso, a realidade do campo da assistência social e da caridade em Porto Alegre mostra que o projeto de participação política e de construção da cidadania da prefeitura é estreitamente dependente da prática militante de agentes religiosos que conferem ao seu trabalho social a necessidade da "inserção" do agente junto às comunidades assistidas. Esse princípio de ação social religiosa implica numa maior aproximação da população necessitada, aprofundando os espaços de comunicação da mesma com o poder público. Nesse processo são evidentes as influências da vivência junto a movimentos sociais e a movimentos populares que marcaram a trajetória de muitos destes agentes religiosos, em geral conformados

pela filosofia política inscrita no pensamento da teologia da libertação¹¹.

Por outro lado, tal proximidade não pode ser vista como uma homologia total entre o projeto político para a assistência social dos agentes da prefeitura e as motivações que levam os agentes religiosos a atuarem no campo da assistência social. Em muitas ocasiões pude constatar a contrariedade de assistentes sociais da prefeitura com a participação dos grupos religiosos nas atividades de assistência social. Para eles, mesmo que alinhados com os projetos da prefeitura, os grupos religiosos têm como tradição privilegiarem práticas personalistas ou corporativistas, debilitando dessa forma o esforço de se estabelecerem critérios mais democráticos nas relações da sociedade como um todo. Assim, mesmo entre grupos com “afinidades eletivas” operam diferenças que atualizam a resistência à influência de uma ação ordenada por princípios que não se circunscrevam exclusivamente à racionalidade política. Neste caso são recolocados os limites ideológicos que definem o espaço do religioso e do político em nossa sociedade.

Para ficar numa questão mais geral, presente na maior parte dos grupos religiosos, acho interessante lembrar que normalmente a mobilização de um agente religioso para atuar no trabalho assistencial passa geralmente por um processo de conversão em que seu envolvimento pessoal é fundamental para estruturar os nexos que irão conduzir sua ação. Ou seja, a salvação para os necessitados normalmente está diretamente vinculada à salvação do próprio agente religioso que procede ao trabalho de amparo. Existe um sentido religioso para a ação que supera as motivações que a crença numa racionalidade puramente política e sociológica, que também está presente, poderia mobilizar. A justificção da maioria dos agentes religiosos para estarem envolvidos em trabalhos assistenciais parte de um testemunho de conversão pessoal em que a tensão entre motivações religiosas e as colocadas por uma lógica estritamente racional está operando. Portanto, em termos gerais, a ação dos agentes religiosos sempre estará sujeito a um princípio de negociação personalista, mesmo nos processo de legitimação de questões de domínio público. A contrariedade dos técnicos da prefeitura tem fundamento uma vez que essa característica da ação dos agentes religiosos implica no afastamento de uma regra fundamental dos que defendem a ortodoxia dos princípios reguladores da racionalidade legal, ou seja, aquela que determina a separação da vida social entre as esferas do domínio público e do privado.

¹¹ Num trabalho muito interessante sobre os elementos culturais na conformação do fenômeno da globalização, Robertson (2000) destaca a importância do movimento da Teologia da Libertação latino-americano como canal

Porém, as diferenças apontadas acima não são tão evidentes como as observadas entre os agentes marcadamente "populares", ou seja, aqueles que fazem parte de um outro contexto social, se pensarmos na origem social tanto dos técnicos da prefeitura como dos agentes religiosos que fazem parte das igrejas cristãs tradicionais ou mesmo de grupos religiosos onde há participação marcante de indivíduos de classe média (caso dos espíritas kardecistas ou de integrantes da ACM). Quando observamos as reuniões do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente fica claro o interesse dos dirigentes dessa entidade para que a convivência com aquela dinâmica organizacional produza um resultado pedagógico para as lideranças "populares", em favor de uma compreensão, por parte das últimas, dos princípios que regem a vivência de uma cidadania "de fato". Este processo deixa clara a fidelidade àquele entendimento exposto acima, de representantes de órgãos públicos, de que um dos trabalhos mais difíceis e importantes da instituição é o de eliminar as práticas personalistas e clientelistas do seio das comunidades, em favor de relações que sigam preceitos democráticos. As dificuldades desse processo geralmente são imputadas à ignorância dos grupos populares em entenderem os ganhos dos procedimentos democráticos, além, é claro, de problemas como o dos interesses daqueles que, dentro da própria comunidade, beneficiam-se individualmente com as desigualdades produzidas por estas estruturas tradicionais e arcaicas.

Numa outra perspectiva, podemos ver as dificuldades de alinhamento de lideranças populares comunitárias ao projeto de construção da cidadania inscrita nas ações administrativas do poder público, como relacionadas com uma resistência desses agentes populares em legitimar os princípios de autoridade próprios a esses procedimentos. Em muitas situações, o que parecia uma dificuldade em lidar com os procedimentos burocráticos, como incapacidade de organização para cumprir todos os compromissos e fazer todas as prestações que essa relação exige, configurou-se muito mais como uma resistência a cumprir certas exigências. Os próprios técnicos do poder público convivem diariamente com a "má vontade" dessas pessoas para com os procedimentos burocráticos e acabam justificando tal disposição como uma estratégia para confundir a fiscalização dos recursos que estão sob suas responsabilidades. Os técnicos sustentam que é comum entre essas lideranças populares a apropriação dos recursos coletivos para

de expansão de princípios comunitários que perpassam o imaginário global e os fluxos culturais que o constituem.

benefício individual.

Essas são realmente questões delicadas de serem tratadas, uma vez que observando de perto a prática desses agentes populares é fácil perceber que não existe uma demarcação muito rígida entre o patrimônio das entidades e o patrimônio privado. Muitas vezes o terreno onde está construída a creche e até mesmo o prédio, é de propriedade particular de uma liderança. Os recursos que mantêm as atividades assistenciais normalmente têm procedência variada e traduzem poucos valores monetários, entrando num fluxo de administração no qual fazem parte os proventos particulares vindos de outras atividades que essas pessoas mantêm. Diante da desorganização na administração dos recursos, é fácil concluir que existe uma grande possibilidade de apropriação indevida de recursos, fato que não é constatado somente pelos técnicos da prefeitura, mas também por outras pessoas da comunidade ou por grupos rivais, que vêm na administração das entidades assistenciais um espaço legítimo de ascensão econômica. Neste sentido, o prestígio junto à comunidade é importantíssimo para que uma pessoa continue à frente das organizações da comunidade, uma vez que elas só existem pela capacidade de mobilização das lideranças em favor do trabalho nas entidades, o qual na maioria das vezes não é remunerado.

Porém, se o problema da fiscalização é relevante, penso que a questão da resistência aos procedimentos burocráticos por parte das lideranças "populares" não se resume a esse fato. Existe entre esses grupos uma forma de lidar com questões de autoridade que privilegia, na estruturação das relações de confiança, o contexto fluído das negociações de caráter personalizado. O compromisso se estabelece na medida que uma liderança consegue expressar um comprometimento com as pessoas da comunidade, com os problemas que elas vivem em função de sua condição de pobreza. Na medida em que ela se identifica como um pobre (que possui a experiência de ser pobre) ou consegue demonstrar uma sensibilização para com as pessoas que vivem nesses espaços em que tradicionalmente os recursos que a sociedade ofereceu foram escassos. No próprio espaço das redes de vizinhança a condição de liderança está constantemente sendo alvo de negociações em função de crises de legitimidade. É difícil a autoridade se fixar num lugar ou num homem específico (apesar da existência de lideranças que se mantêm durante muito tempo no imaginário dessas pessoas, o que implica no reconhecimento de alguns padrões de confiança), o que justifica a necessidade das lideranças estarem com frequência publicizando seu prestígio pessoal.

Diante dessas características seria interessante trazer o fato das “lideranças populares”, além de sua relação com agentes das igrejas cristãs, tem forte presença à frente de grupos religiosos pentecostais ou afro-brasileiros. Tendo como referência estes últimos casos é possível sugerir que a adesão religiosa a esses grupos dificulte uma identificação com os princípios de ação que a racionalidade burocrática pretende impor à ação no espaço público. Nas organizações religiosas de procedência popular a separação entre a esfera política e a esfera religiosa não é tão perceptível, sendo a ação dos agentes orientada por uma forte presença dos sentidos religiosos, os quais, por seu turno, tem uma forte referência em laços comunitários. Desta forma, é possível prever dificuldades para que esse grupo legitime espaços de autoridade despersonalizados, onde os critérios de justiça estejam descolados das representações informadas pela experiência de modelos humanos e sagrados que a vida comunitária atualiza. Neste aspecto é possível prever a dificuldade destes grupos compartilharem a crença em sistemas de procedimentos constituídos sob a base racional-burocrática, cuja legitimidade é sustentada pela crença de que o sentido de sua existência é a promoção da justiça e da igualdade entre todos os indivíduos. Aqui a referência à comunidade deve ser minimizada em favor de princípios de sociabilidade que impliquem a crença num sistema de ordem social sustentado por um nível de realidade que ultrapassa a esfera das relações cotidianas¹².

Reconhecemos que a forma como está sendo colocada a questão acima não comporta uma série de nuances importantes, como, por exemplo, o fato de que esses processos racionalização administrativa nunca se encontram no nível de despersonalização que idealmente eles tendem a assumir. Ou mesmo o fato de que algumas análises sobre globalização cultural indicarem referências muito mais amplas do que as comunidades locais para a produção dos sentidos veiculados pelas religiões populares. Essas questões são importantes e devem ser acatadas na interpretação dos fenômenos culturais, sem, no entanto, levar as análises para caminhos que desconsiderem a diversidade da produção de sentidos e mesmo as relações de poder que estão presentes nestes processos. No caso do presente artigo, chamo a atenção para

¹² Existe uma extensa bibliografia no campo da religiosidade popular que trata dos nexos entre diversidade religiosa e relações de poder na sociedade contemporânea. A título de exemplo, poderia sugerir dois livros organizados por Birman (1997; 2003). O primeiro trata das implicações do discurso pentecostal na conformação dos espaços de poder na sociedade brasileira e o outro propõe uma abordagem mais ampla da expressão da religião no espaço público.

diferentes ordens de interpretação que envolve a realidade do campo da assistência social e da caridade. Se, por um lado, é importante analisar as disputas entre as diferentes propostas de articulação política para esse campo, que no presente caso pode ser visto nas relações entre a defesa da “participação direta” no Estado e a defesa do “voluntarismo organizado” como estratégia para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia em Porto Alegre; por outro, é importante estar atento para as lógicas culturais que estão em relação na conformação dos espaços de sociabilidade na cidade e que, em alguns casos, não pode ser apreendidos por uma abordagem que considere apenas os espaços de política formal. Sem essa mudança de perspectiva fica difícil entender porque alguns grupos defendem uma política de defesa de espaços mais restritos de benefícios sem cair em acusações moralizantes.

A importância da desconstrução de uma lógica política como exclusiva para avaliar as relações de poder em nossa sociedade, propondo novos caminhos de abordagem dos seus problemas, só pode vir a contribuir com a investigação de problemas importantes para o desenvolvimento democrático como o da dimensão simbólica do poder e seus elementos de legitimação.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca. From clientelism to cooperation: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil. *Politics & society*, vol. 26, nº 4, p. 511-537, dec. 1998.

BIRMAN, Patrícia et al (org.). *O mal à brasileira*. Rio de janeiro: Editoria Uerj, 1997.

BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar, 2003.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Tomo editorial: Rio de Janeiro (fase/ipur), 1999.

GOES DE PAULA, Sérgio, RHODEN, Fabíola. Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do prêmio eco. In: LANDIN, Leilah (org.) *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de janeiro: Nau, 1998.

HÉRVIEU-LÉGER, Danièle. Religion, modernité, sécularisation. In: _____. *Vers un nouveau christianisme?* Paris: Cerf, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. O campo institucional da caridade. In: IV Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais, 1996. [texto digitado]

ORO, Ari Pedro. Modernas formas de crer. *Revista eclesiástica brasileira*, nº 225, p. 5-38, março de 1997.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & society*, vol. 26, nº 4, p. 461-510, dec. 1998.